



Regulamento Interno

do

Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

Deliberado em reunião de
07/07/2011 do Conselho
Directivo da Administração
Regional de Saúde do Algarve, I.P.
Exarado na Acta n.º 26
Ponto: 3

Regulamento Interno
Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

ÍNDICE

PREÂMBULO

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º – OBJECTO	3
ARTIGO 2.º – NATUREZA JURÍDICA	3
ARTIGO 3.º – OBJECTIVOS	4
ARTIGO 4.º – ÂMBITO DE INTERVENÇÃO	4
ARTIGO 5.º – MISSÃO	5
ARTIGO 6.º – VALORES	5
ARTIGO 7.º – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	5
ARTIGO 8.º – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	6

CAPÍTULO II

DOS UTENTES

ARTIGO 9.º – UTENTES	7
ARTIGO 10.º – DIREITOS	7
ARTIGO 11.º – DEVERES	8

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 12.º – ÓRGÃOS E ESTRUTURA	9
ARTIGO 13.º – FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS	11

CAPÍTULO IV

NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

ARTIGO 14.º – TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS	12
SECÇÃO I – SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS	12
ARTIGO 15.º – ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS	12
ARTIGO 16.º – CARACTERÍSTICAS COMUNS	13
ARTIGO 17.º – UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR	13
ARTIGO 18.º – UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS	13
ARTIGO 19.º – UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE	14
ARTIGO 20.º – UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS	14
ARTIGO 21.º – UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA	15
ARTIGO 22.º – COORDENAÇÃO DAS UNIDADES FUNCIONAIS	15
ARTIGO 23.º – REGULAMENTOS INTERNOS	16

Regulamento Interno

Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

SECÇÃO II – SERVIÇOS DE APOIO	16
ARTIGO 24.º – SERVIÇOS DE APOIO	16
ARTIGO 25.º – UNIDADE DE APOIO À GESTÃO	17
ARTIGO 26.º – GABINETE DO CIDADÃO	17
SECÇÃO III – FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DE GESTÃO	18
ARTIGO 27.º – FUNCIONAMENTO	18
ARTIGO 28.º – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS	18
ARTIGO 29.º – ESTRUTURA DE GESTÃO	19

CAPÍTULO V

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

ARTIGO 30.º – INSTRUMENTOS DE GESTÃO	19
ARTIGO 31.º – CONTRATOS-PROGRAMA	19
ARTIGO 32.º – RECEITAS E DESPESAS	20
ARTIGO 33.º – INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO	21
ARTIGO 34.º – PRESTAÇÃO DE CONTAS	21
ARTIGO 35.º – ORGANOGRAMA	21
ARTIGO 36.º – PLANO DE SEGURANÇA	21

CAPÍTULO VI

DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

ARTIGO 37.º – RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE	22
-----------------------------------------------	----

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38.º – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DO REGULAMENTO	22
ARTIGO 39.º – REVISÃO DO REGULAMENTO	23
ARTIGO 40.º – ENTRADA EM VIGOR	23

ANEXOS

ANEXO I – LISTA DE ENDEREÇOS UNIDADES DO ACES BARLAVENTO	
----------------------------------------------------------	--

REGULAMENTO INTERNO DO AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO BARLAVENTO

Preâmbulo

De modo a consubstanciar o objectivo de reorganização dos cuidados primários, surgem os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES) do serviço nacional de saúde, enquadrados legalmente através do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.

Neste contexto de reforma, é criado o Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II – Barlavento, através da Portaria 272/2009 de 18 de Março.

O ACES Barlavento, dotado de autonomia administrativa, é constituído por várias unidades funcionais integradas em sete Centros de Saúde (CS) – Aljezur, Vila do Bispo, Lagos, Monchique, Portimão, Lagoa e Silves e com uma área de influência que abrange os sete Concelhos.

O Regulamento Interno é encarado como uma ferramenta de gestão e será um referencial para a estabilidade do ACES Barlavento e melhoria do acesso e qualidade dos cuidados de saúde prestados.

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

ARTIGO 1.º

OBJECTO

O presente Regulamento tem por objecto definir os termos em que se deve pautar a organização interna do Agrupamento de Centros de Saúde Algarve II - Barlavento (adiante designado ACES Barlavento).

ARTIGO 2.º

NATUREZA JURÍDICA

1. O ACES Barlavento constitui um serviço desconcentrado da Administração Regional de Saúde do Algarve, IP (adiante ARS Algarve);
2. O ACES Barlavento é um serviço de saúde com autonomia administrativa, constituído por várias unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, individualizado por localização e denominação determinada;
3. O ACES Barlavento identificar-se-á futuramente mediante logótipo próprio aprovado pela ARS Algarve, IP.

ARTIGO 3.º

OBJECTIVOS

Constituem objectivos do ACES Barlavento, os seguintes:

1. Contribuir para a obtenção de ganhos em saúde na população;
2. Promover a saúde e a sua vigilância;
3. Promover a prevenção, o diagnóstico, o tratamento da doença e a reabilitação, através do planeamento e da prestação de cuidados, bem como do desenvolvimento de actividades específicas dirigidas globalmente ao indivíduo, à família, a grupos especialmente vulneráveis e à comunidade;
4. Garantir a humanização dos cuidados e os direitos dos utentes;
5. Melhorar o acesso e a adequação da oferta de serviços;
6. Melhorar a eficiência técnica e económica;
7. Potenciar a inovação e a integração das intervenções em saúde, promover as boas práticas clínicas e de acção comunitária, capacitar os seus recursos humanos e reforçar a articulação institucional;
8. Desenvolver actividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo e avaliação dos resultados e participar na formação de diversos grupos profissionais nas suas diferentes fases pré-graduada, pós-graduada e contínua.

ARTIGO 4.º

ÂMBITO DE INTERVENÇÃO E ÁREA DE INFLUÊNCIA

1- Os centros de saúde que integram o ACES Barlavento têm um âmbito de actuação que incide em três vertentes da seguinte natureza:

- a) Comunitária e de base populacional;
- b) Personalizado com base na livre escolha do médico de família, quando exista, pelos utentes;
- c) Do exercício de funções de autoridade de saúde.

2- O ACES Barlavento com sede na Rua Almirante Pinheiro de Azevedo, em Portimão, Integra na sua área geográfica, cuja sede se situa actualmente na Rua Almirante Pinheiro de Azevedo em Portimão, os Concelhos de Aljezur, Vila do Bispo, Monchique, Lagos, Portimão, Lagoa e Silves.

3- Para fins de saúde comunitária e de apoio domiciliário, os Centros de Saúde, componentes do ACES Barlavento, abrangem as pessoas residentes na respectiva área geográfica, ainda que temporariamente, na respectiva área geográfica.

4- Para fins de cuidados personalizados, são utentes dos centros de saúde do ACES Barlavento todos os cidadãos que nele se queiram inscrever, com prioridade, no caso de carência de recursos, para os residentes na respectiva área geográfica.

Regulamento Interno

Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

5- Para fins de cuidados urgentes ou emergentes devem os utentes dirigir-se ao Serviço de Urgência do CHBA em Portimão ou SUB de Lagos, competindo aos centros de saúde assegurar os cuidados básicos de suporte de vida e a referenciação para a urgência hospitalar.

ARTIGO 5.º

MISSÃO

O ACES Barlavento tem como missão assegurar a prestação de cuidados de saúde primários, integrados e sustentados, de forma a garantir à população do Barlavento Algarvio uma vida mais saudável, mais longa e com maior qualidade.

ARTIGO 6.º

VALORES

Os valores pelos quais se pauta a actuação do ACES Barlavento, são os seguintes:

1. Humanização, Integridade e Responsabilidade Social;
2. Inovação e Qualidade.

ARTIGO 7.º

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- 1 – O ACES Barlavento assegura aos utentes inscritos a máxima acessibilidade possível, nomeadamente através do princípio do atendimento no próprio dia e marcação de consultas para hora determinada;
- 2 – Os centros de saúde componentes do ACES Barlavento asseguram, na sua maioria, o respectivo funcionamento normal entre as 8 e as 20 horas nos dias úteis e, eventualmente, aos sábados, domingos e feriados, em função das necessidades em saúde da população e características geodemográficas da área por ele abrangida e da disponibilidade de recursos;
- 3 – O horário de funcionamento dos centros de saúde componentes do ACES Barlavento, bem como das suas unidades e extensões, é publicitado através da afixação no exterior e interior das instalações.

ARTIGO 8.º
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O ACES Barlavento rege-se pelo presente Regulamento Interno, e ainda, sem prejuízo de situações previstas noutros diplomas, pela seguinte legislação:

- a) Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto (Lei de Bases da Saúde);
- b) Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro (Estatuto do Serviço Nacional de Saúde);
- c) Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril (Estabelece o enquadramento, organização e funcionamento da Unidade de Saúde Pública);
- d) Artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 286/1999, de 27 de Julho (Estabelece a organização dos serviços de saúde pública);
- e) Despacho Normativo n.º 9/2006, de 16 de Fevereiro (Regulamento para o lançamento e implementação das Unidades de Saúde Familiar);
- f) Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho (Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados);
- g) Decreto-Lei n.º 298/2007, de 22 de Agosto (Regime jurídico da organização e funcionamento das Unidades de Saúde Familiar);
- h) Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio e rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 20/2008, de 17 de Abril (Criação dos ACES do SNS, regime de organização e funcionamento);
- i) Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas);
- j) Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro (Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas);
- k) Portaria n.º 276/2009, de 18 de Março, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 31/2009, de 14 de Maio (Criação dos ACES com indicação da sua sede, delimitação geográfica, centros de saúde incluídos, número de utentes inscritos e recursos humanos afectos);
- l) Despacho n.º 10143/2009, de 20 de Março (Unidade de Cuidados na Comunidade — Regulamento da Organização e Funcionamento);
- m) Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de Abril (Estabelece o regime jurídico da designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridades de saúde).

CAPÍTULO II

Dos Utentes

ARTIGO 9.º

1 - As diferentes unidades funcionais do ACES Barlavento prestam serviços, de forma programada e não programada, aos seguintes utentes inscritos:

- a) Utentes inscritos nos centros de saúde, sedes e extensões, que constituem o ACES Barlavento;
- b) Utentes inscritos temporariamente nas sedes ou extensões dos referidos centros de saúde, designados por residentes temporários por motivos de trabalho, estudo ou outros, o que não inclui passantes e turistas, com ou sem 2ª habitação na área geográfica do ACES.
- c) Utentes institucionalizados no âmbito das suas atribuições e competências.

2 - O ACES Barlavento assegura ainda consulta não programada a utentes não inscritos (passantes e turistas) nas Consultas Abertas de Portimão, Lagoa, Silves e na Consulta de Doença Aguda, em Lagos.

3 - O atendimento a utentes não inscritos, passantes e turistas nos Concelhos de Vila do Bispo e Aljezur será assegurado, sempre que possível, nas sedes dos Centros de Saúde. Não havendo capacidade instalada para assegurar cuidados localmente, proceder-se-á ao encaminhamento desses doentes para a Consulta de Doença Aguda do Centro de Saúde ou SUB de Lagos.

O atendimento a utentes não inscritos, passantes e turistas no Concelho de Monchique será assegurado, sempre que possível, na sede da USF. Não havendo capacidade instalada para assegurar cuidados localmente, proceder-se-á ao encaminhamento desses doentes para o serviço de urgência do CHBA em Portimão.

ARTIGO 10.º

DIREITOS

Os utentes têm direito, designadamente:

- a) À livre escolha dos agentes prestadores e dos serviços, dentro dos limites existentes em matéria de recursos humanos e materiais;
- b) A serem tratados no respeito pela dignidade da pessoa humana, com os meios adequados, e de forma tecnicamente adequada;
- c) À confidencialidade de toda a informação clínica e elementos de identificação que lhe digam respeito, com preservação dos dados da sua vida privada;

Regulamento Interno

Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

- d) A darem ou recusarem o seu consentimento, antes de qualquer acto clínico ou participação em investigação ou ensino;
- e) A serem informados sobre o seu estado de saúde, sobre o prognóstico e sobre alternativas possíveis ao tratamento proposto;
- f) A serem informados sobre o funcionamento dos serviços;
- g) A apresentarem petições, reclamações ou sugestões;
- h) Ao respeito pelas suas convicções culturais, filosóficas e religiosas, e eventualmente a receberem assistência religiosa, caso o manifestem;
- i) A constituírem representantes que defendam os seus interesses;
- j) A constituírem associações que colaborem com o ACES Barlavento ou com as suas unidades, designadamente as que promovam a defesa da saúde, associações de utentes, grupos de amigos ou corpo de voluntários das unidades de saúde;
- k) A solicitarem a marcação de consulta programada, com hora determinada, dentro do horário fixo do seu médico de família;
- l) A serem informados sobre a estimativa temporal próxima para o atendimento a efectuar num dos centros de saúde componentes do ACES Barlavento, ou nas suas unidades de saúde e sempre que possível da desmarcação de consultas/atendimentos previamente agendados.

ARTIGO 11.º

DEVERES

Entre outros que decorram da lei, os utentes devem assegurar o cumprimento dos seguintes deveres:

- a) Promoverem a defesa do seu próprio estado de saúde;
- b) Fornecerem aos profissionais de saúde todas as informações necessárias à prestação de cuidados;
- c) Respeitarem a terapêutica instituída, sem prejuízo do exercício do direito de recusa identificado na alínea d) do artigo anterior;
- d) Respeitarem os direitos de outros utentes;
- e) Respeitarem os profissionais que exercem o seu trabalho no ACES Barlavento;
- f) Respeitarem as regras de organização e funcionamento instituídas, colaborando com os profissionais de saúde quanto à sua própria situação;
- g) Serem identificados perante o sistema de saúde, através da apresentação dos documentos respectivos;
- h) Pagarem tempestivamente os encargos que resultam da prestação de cuidados de saúde, designadamente as taxas moderadoras, conforme legislação em vigor;
- i) Respeitarem os equipamentos e instalações que são património do ACES Barlavento;
- j) Procederem à actualização dos seus dados pessoais sempre que ocorrer alguma alteração;
- k) Possuírem apenas uma inscrição num Centro de Saúde do ACES Barlavento e ACES do País;

Regulamento Interno

Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

- l) Recorrerem ao seu médico de família, ou substituto, no centro de saúde onde estão inscritos, sem prejuízo de serem assistidos nas Consultas Abertas de Portimão, Lagoa, Silves, Consulta por Doença Aguda de Lagos e USF de Monchique, sempre que estejam deslocados e a situação clínica o justifique.
- m) Desmarcarem em tempo útil consultas previamente agendadas.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS, COMPETÊNCIAS E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 12.º

ORGÃOS E ESTRUTURA

São órgãos do ACES Barlavento:

1. O Director Executivo
2. O Conselho Executivo
3. O Conselho Clínico
4. O Conselho da Comunidade

1. Do Director Executivo:

- a) O Director Executivo é designado pelo membro do governo responsável pela saúde, sob proposta fundamentada do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P.;
- b) As competências do Director Executivo são as previstas no artigo 20º do Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro. Compete ao Director Executivo a articulação com a ARS Algarve, I.P.;
- c) O Director Executivo pode delegar, nos termos da lei, no presidente do Conselho Clínico, no todo ou em parte, as suas competências. É nomeado por um período não superior a três anos, podendo ser renovável por igual período;
- d) As suas funções cessarão nos termos do artigo 22º do Decreto-Lei 28/2008 de 22 de Fevereiro.

2. Do Conselho Executivo:

- a) As competências do Conselho Executivo são as previstas no artigo 24º do Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro;
- b) O Conselho Executivo é composto pelo Director Executivo, que preside, pelo Presidente do Conselho Clínico e pelo Presidente do Conselho da Comunidade.

3. Do Conselho Clínico:

- a) O Conselho Clínico é composto por um Presidente e três Vogais;

b) O Presidente do Conselho Clínico é designado pelo Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P. sob proposta do Director Executivo, escolhido de entre Médicos de Medicina Geral e Familiar, com pelo menos o grau de Consultor, com experiência efectiva na especialidade, a exercer funções no ACES Barlavento e cujas competências são as adiante designadas:

- i. Assegurar, em continuidade, as actividades decorrentes das competências do Conselho Clínico;
- ii. Convocar as reuniões do Conselho e dirigir as mesmas;
- iii. Coordenar as actividades do Conselho;
- iv. Exercer voto de qualidade.

c) Os Vogais do Conselho Clínico são designados pelo Conselho Directivo ARS Algarve, I.P., sob proposta do Presidente do Conselho Clínico:

- i. Um Médico da especialidade de Saúde Pública com pelo menos o grau de Consultor, com experiência efectiva na especialidade e a exercer funções no ACES Barlavento;
- ii. Um Enfermeiro com a categoria de pelo menos Enfermeiro Especialista, com experiência efectiva nos Cuidados de Saúde Primários e a exercer funções no ACES Barlavento;
- iii. Um profissional designado de entre os profissionais de saúde do ACES Barlavento;

d) Os membros do Conselho Clínico devem possuir conhecimentos técnicos em Cuidados de Saúde Primários, prática em processos de garantia de qualidade dos cuidados e em processos de auditoria, bem como dominar as técnicas de gestão de risco;

e) A nomeação do Conselho Clínico é realizada por um período de três anos, ficar apenas renovável por igual período, podendo esta ser dada por finda, a todo o tempo:

- i. No termo do prazo fixado para o exercício do cargo;
- ii. Na data da tomada de posse noutro cargo ou função incompatíveis com o exercício das funções de membro do conselho clínico;
- iii. Por renúncia, mediante carta dirigida ao Presidente do Conselho Directivo da ARS Algarve, I. P.;
- iv. Por acordo entre o membro do Conselho Clínico e o Conselho Directivo da ARS Algarve, I. P.;
- v. Por deliberação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I. P., com fundamento em incumprimento dos deveres de membro do Conselho Clínico;
- vi. Por incumprimento ou desvios graves e sem justificação atendível, do contrato-programa;
- vii. Na sequência de procedimento disciplinar.

f) Os membros do Conselho Clínico podem ser dispensados parcialmente do exercício das suas funções profissionais.

4. Do Conselho da Comunidade:

A sua composição, designação e competências são as constantes na Subsecção IV do Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro.

ARTIGO 13.º

FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS

1. O Director Executivo reúne e reporta regularmente ao Presidente do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P., ou em quem ele delegar.
2. O Conselho Executivo:
 - a. O Conselho Executivo reúne-se ordinariamente de 90 em 90 dias e, extraordinariamente, quando seja convocado a pedido de algum dos seus elementos;
 - b. O funcionamento do Conselho Executivo será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros.
3. O Conselho Clínico:
 - a. O Conselho Clínico reúne-se ordinariamente de trinta em trinta dias e, extraordinariamente, quando seja convocado a pedido de algum dos seus elementos ou do Director Executivo;
 - b. O funcionamento do Conselho Clínico será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros.
4. O Conselho da Comunidade:
 - a. O Conselho da Comunidade reúne-se ordinariamente de seis em seis meses e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a pedido de dois terços dos seus membros;
 - b. O funcionamento do Conselho da Comunidade será objecto de regulamento próprio a aprovar pelos seus membros;
 - c. O Conselho da Comunidade tem como competências:
 - i. Dar parecer sobre os planos plurianuais e anuais de actividades do ACES Barlavento e respectivos orçamentos, antes de serem aprovados;
 - ii. Acompanhar a execução dos planos de actividade, podendo para isso obter do director executivo do ACES Barlavento, as informações necessárias;
 - iii. Alertar o director executivo para factos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde;
 - iv. Dar parecer sobre o relatório anual de actividades e a conta de gerência, apresentados pelo director executivo;
 - v. Assegurar a articulação do ACES Barlavento, em matérias de saúde, com os municípios da sua área geográfica;

- vi. Propor acções de educação e promoção da saúde e de combate à doença a realizar pelo ACES Barlavento em parceria com os municípios e demais instituições representadas no conselho da comunidade;
- vii. Dinamizar associações e redes de utentes promotoras de equipas de voluntariado.

CAPÍTULO IV
NORMAS DE ORGANIZAÇÃO INTERNA

ARTIGO 14.º
TIPOLOGIA DOS SERVIÇOS

O ACES Barlavento encontra-se organizado em duas áreas distintas:

- 1. Serviços de prestação de cuidados; e
- 2. Serviços de apoio.

SECÇÃO I
SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

ARTIGO 15.º
ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DE CUIDADOS

1. O ACES Barlavento é constituído por diferentes unidades de prestação de cuidados, as quais se organizam em Unidades Funcionais:

- a) Unidades de Saúde Familiar;
- b) Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados;
- c) Unidades de Cuidados na Comunidade;
- d) Uma Unidade de Saúde Pública;
- e) Uma Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados;
- f) Outras Unidades ou serviços a designar, propostas pela ARS Algarve, I.P., se consideradas necessárias.

2. Sem prejuízo da criação de outras unidades funcionais, as actualmente existentes estão identificadas no Anexo I, ao presente Regulamento.

ARTIGO 16.º

CARACTERÍSTICAS COMUNS

Cada unidade funcional é constituída por uma equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica e actua em intercooperação com as demais unidades funcionais dos centros de saúde e do ACES Barlavento.

ARTIGO 17.º

UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR

1. As USF enquanto unidades integradas em ACES, são reguladas por legislação específica, o Decreto-Lei n.º 298/2007;
2. As USF são as unidades elementares de prestação de cuidados de saúde, individuais e familiares, que assentam em equipas multiprofissionais, constituídas por médicos, enfermeiros e administrativos;
3. A actividade das USF desenvolve-se com autonomia organizativa, funcional e técnica, integrada numa lógica de rede com outras unidades funcionais do centro de saúde ou da unidade local de saúde;
4. O plano de acção da USF traduz o seu programa de actuação na prestação de cuidados de saúde de forma personalizada e contém o compromisso assistencial, os seus objectivos, indicadores e metas a atingir nas áreas da acessibilidade, desempenho assistencial, qualidade e eficiência.

ARTIGO 18.º

UNIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PERSONALIZADOS

1. As UCSP têm estrutura idêntica à prevista para as USF e prestam cuidados personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos;
2. As equipas das UCSP são compostas por médicos, enfermeiros e administrativos não integrados em USF.

ARTIGO 19.º

UNIDADE DE CUIDADOS NA COMUNIDADE

1. A organização e o funcionamento das unidades de cuidados na comunidade (UCC) dos agrupamentos de centros de saúde (ACES) estão regulamentados no Despacho n.º 10143/2009;
2. As actividades das UCC desenvolvem-se com autonomia organizativa e técnica, em inter cooperação com as demais unidades funcionais do ACES Barlavento, sem prejuízo da necessária articulação interinstitucional e intersectorial, indispensável ao cumprimento da sua missão;
3. As UCC prestam cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo, e actua ainda na educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção;
4. As equipas das UCC são compostas por enfermeiros, assistentes sociais, médicos, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas, terapeutas da fala e outros profissionais, consoante as necessidades e a disponibilidade de recursos;
5. O ACES Barlavento participa, através das UCC, na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, integrando a equipa coordenadora local;
6. Às UCC compete constituir a equipa de cuidados continuados integrados, prevista no Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho.

ARTIGO 20.º

UNIDADE DE RECURSOS ASSISTENCIAIS PARTILHADOS

1. A URAP presta serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais referidas nos artigos anteriores e organiza as ligações funcionais aos serviços hospitalares;
2. A equipa da URAP é composta por médicos de várias especialidades, que não de medicina geral e familiar e de saúde pública, bem como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, fisioterapeutas e outros profissionais não afectos totalmente a outras unidades funcionais.

ARTIGO 21.º

UNIDADE DE SAÚDE PÚBLICA

1. A USP Barlavento funciona como observatório de saúde da área geodemográfica do ACES Barlavento, competindo-lhe, designadamente, elaborar informação e planos em domínios da saúde pública, proceder à vigilância epidemiológica, gerir programas de intervenção no âmbito da prevenção, promoção e protecção da saúde da população em geral ou de grupos específicos e colaborar, de acordo com a legislação respectiva, no exercício das funções de autoridade de saúde;
2. A equipa da USP Barlavento deverá ser composta por médicos de saúde pública, enfermeiros de saúde pública, de saúde comunitária ou outros e técnicos de saúde ambiental, integrando ainda, em permanência ou em colaboração temporária, outros profissionais que forem considerados necessários na área da saúde pública;
3. As funções de autoridade de saúde são exercidas no ACES Barlavento, por médicos de saúde pública, que são nomeados nos termos de legislação própria.
A autoridade de saúde do ACES Barlavento integra-se na cadeia hierárquica directa das autoridades de saúde, nos termos do disposto na base XIX da Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto e do Decreto-Lei n.º 81/2009 de 2 de Abril;
4. O Coordenador da USP Barlavento indica, de entre os profissionais de saúde pública dos ACES Barlavento, e sempre que solicitado, o seu representante nos órgãos municipais ou de outras instituições com responsabilidades de saúde.

ARTIGO 22.º

COORDENAÇÃO DAS UNIDADES FUNCIONAIS

1. Cada unidade funcional de cuidados de saúde tem um coordenador;
2. A designação dos coordenadores das unidades é feita pelo Director Executivo, depois de ouvido o Conselho Clínico, de entre profissionais com perfil adequado, segundo critérios de formação, competência e experiência.
 - 2.1. Constituem critérios preferenciais de designação:
 - a) A competência demonstrada no exercício de funções de coordenação e gestão de equipa na área dos cuidados de saúde primários;
 - b) A competência técnica;
 - c) A formação em gestão, preferencialmente na área da saúde.
3. A nomeação é feita por três anos, podendo esta ser dada por finda, a todo o tempo:
 - a) Por incumprimento ou desvios graves, e sem justificação atendível, do contrato-programa;
 - b) Na sequência de procedimento disciplinar;

- c) Por requerimento do interessado.
4. A composição das Unidades Saúde Familiares (USF) é determinada pelos diplomas legais vigentes;
 5. O coordenador da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) é designado de entre os médicos especialistas de medicina geral e familiar habilitados com o grau de consultor e com pelo menos cinco anos de experiência efectiva na especialidade;
 6. O coordenador da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) é designado de entre enfermeiros com pelo menos a categoria de enfermeiro especialista e com experiência efectiva na respectiva área profissional;
 7. O coordenador da Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP) é designado de entre profissionais de saúde, com pelo menos cinco anos de experiência na respectiva área profissional;
 8. O coordenador da Unidade de Saúde Pública (USP) é designado de entre médicos da especialidade de saúde pública habilitados com pelo menos o grau de consultor e com experiência efectiva na especialidade.

ARTIGO 23.º

REGULAMENTOS INTERNOS

1. As diversas unidades funcionais deverão elaborar os respectivos regulamentos com a identificação e descrição da respectiva orgânica e procedimentos;
2. Estes regulamentos deverão ser elaborados pelos coordenadores das unidades, tendo presente os princípios e normas a cumprir em função da estratégia global definida para o ACES Barlavento;
3. Os Regulamentos são aprovados pelo Director Executivo do ACES Barlavento e poderão, excepcionalmente, sofrer alterações e ou adaptações anuais sempre que a dinâmica das próprias unidades funcionais o aconselhar.

SECÇÃO II

SERVIÇOS DE APOIO

ARTIGO 24.º

SERVIÇOS DE APOIO

No ACES Barlavento funcionam, na dependência da direcção, os seguintes serviços de apoio:

1. Unidade de Apoio à Gestão (UAG);
2. Gabinete do Cidadão.

ARTIGO 25.º

UNIDADE DE APOIO À GESTÃO

1. A unidade de apoio à gestão (UAG), organizada numa lógica de concentração dos serviços não assistenciais do ACES Barlavento, presta apoio administrativo e geral à direcção, ao conselho clínico e às unidades funcionais, cabendo-lhe designadamente:
 - a. Prestar assessoria técnica em todos os domínios da gestão do ACES Barlavento;
 - b. Acompanhar a execução dos contratos-programa;
 - c. Colaborar na elaboração dos planos de actividade e orçamentos e acompanhar a respectiva execução;
 - d. Analisar a eficácia das políticas de gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e financeira, elaborando os respectivos relatórios anuais e quando solicitados pelo director;
 - e. Monitorizar e disponibilizar informação de apoio à gestão;
 - f. Assegurar e organizar os procedimentos administrativos respeitantes à gestão de bens e equipamentos afectos ao ACES Barlavento e garantir o controlo de consumos;
 - g. Assegurar o aprovisionamento, gestão e controlo de vacinas, contraceptivos e demais medicamentos e material de consumo clínico;
 - h. Coordenar os serviços de segurança, apoio e vigilância ao ACES Barlavento e suas unidades funcionais.
2. A unidade de apoio à gestão exerce as suas funções em articulação com os serviços de apoio da ARS Algarve, I.P., nomeadamente através da utilização de serviços partilhados e preferencialmente através de um interlocutor dedicado;
3. A unidade de apoio à gestão tem um responsável, designado pelo director do ACES Barlavento, de entre licenciados com experiência e formação preferencial nas áreas de economia, gestão ou administração e experiência na área da saúde.

ARTIGO 26.º

GABINETE DO CIDADÃO

1. O Gabinete do Cidadão localiza-se na sede do ACES Barlavento e tem como responsável um Técnico de Serviço Social a trabalhar no agrupamento;

Regulamento Interno
Agrupamento de Centros de Saúde do Barlavento

2. O Gabinete do Cidadão organiza canais de comunicação com cada unidade funcional do ACES Barlavento;
3. Compete especialmente ao Gabinete do Cidadão:
 - a. Verificar as condições de acesso dos utentes aos cuidados de saúde;
 - b. Informar os utentes dos direitos e deveres como utilizadores dos cuidados de saúde primários;
 - c. Receber observações, sugestões e reclamações dos utentes, relativas aos cuidados prestados e responder às mesmas;
 - d. Verificar regularmente o grau de satisfação dos utentes do ACES Barlavento.

SECÇÃO III

FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA DE GESTÃO

ARTIGO 27.º

FUNCIONAMENTO

1. As Unidades Funcionais de Prestação de Cuidados de Saúde do ACES Barlavento funcionam, excepto em Vila do Bispo e Aljezur, entre as oito e as vinte horas, nos dias úteis, podendo o horário de funcionamento ser alargado até às vinte e quatro horas, nos dias úteis, e, eventualmente aos sábados, domingos e feriados, em função das necessidades da população, da área abrangida e da disponibilidade de recursos;
2. As Unidades de Cuidados na Comunidade, sempre que os recursos humanos o permitam, deverão prolongar a prestação de cuidados aos fins-de-semana numa lógica de cuidados domiciliários integrados.

ARTIGO 28.º

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

O director executivo designa, em cada centro de saúde, um coordenador de unidade funcional como seu representante, quer para contactos com a comunidade, quer para a gestão quotidiana das instalações e equipamentos do centro de saúde.

ARTIGO 29.º

ESTRUTURA DE GESTÃO

1. O ACES Barlavento organiza-se em Centros de Custo, constituindo-se como Centro de Custo cada Unidade Funcional de acordo com as regras em vigor para a contabilidade pública;
2. Sempre que se justifique, alguns programas/actividades específicas constantes do plano de actividades, podem vir a constituir centros de custo transversais a todo o ACES Barlavento e após aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I. P.

CAPÍTULO V

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

ARTIGO 30.º

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

São instrumentos de gestão do ACES Barlavento:

1. O regulamento interno;
2. Os planos plurianuais e anuais de actividades e respectivos orçamentos;
3. Os relatórios de actividades;
4. O contrato-programa;
5. Auditorias internas e externas.

ARTIGO 31.º

CONTRATOS-PROGRAMA

1. Para efeitos do presente regulamento, contrato-programa é o acordo celebrado entre o Director Executivo do ACES Barlavento e o Conselho Directivo da ARS Algarve, IP, pelo qual se estabelecem, qualitativa e quantitativamente, os objectivos do ACES e os recursos afectados ao seu cumprimento e se fixam as regras relativas à respectiva execução.
2. O contrato-programa é celebrado anualmente, devendo, designadamente:
 - a. Delimitar o âmbito, prioridades e modalidades da prestação de cuidados e serviços de saúde, contemplando os programas nacionais e assegurando a sua harmonização e coerência em todo o Sistema Nacional de Saúde;

- b. Estabelecer objectivos e metas quantitativas em cada uma das áreas de intervenção do ACES Barlavento;
- c. Prever indicadores de controlo da qualidade das prestações de cuidados de saúde;
- d. Definir instrumentos de acompanhamento e avaliação das actividades assistenciais e económico -financeiras do ACES Barlavento;
- e. Prever o tempo e o modo da atribuição de recursos, em função do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas;
- f. Estabelecer as regras a que devem obedecer as unidades do ACES Barlavento a fim de poderem funcionar como centros de produção e de custos;
- g. Estabelecer os mecanismos para a continuidade da prestação de cuidados, em especial os relativos à articulação funcional com a rede de cuidados diferenciados e a rede de cuidados continuados integrados;
- h. Prever as modalidades de apoio técnico da ARS Algarve, I. P., à gestão do ACES Barlavento.

ARTIGO 32.º

RECEITAS E DESPESAS

1 — O ACES Barlavento é financiado pelo orçamento do Serviço Nacional de Saúde, através da afectação de verba do orçamento da ARS Algarve, I. P., constituindo ainda as suas receitas:

- a) Os rendimentos dos bens próprios;
- b) O produto da cobrança das taxas moderadoras;
- c) As quantias cobradas por serviços prestados a entidades e subsistemas públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
- d) Os saldos das gerências anteriores que transitem automaticamente;
- e) Quaisquer receitas que por lei, contrato ou qualquer outro título lhe sejam atribuídas.

2 — Constituem despesas do ACES Barlavento:

- a) Os encargos com o funcionamento dos seus serviços e com a prossecução das atribuições que lhe são confiadas;
- b) Os encargos resultantes de execução de planos, programas anuais e plurianuais;
- c) Os custos de aquisição, construção e manutenção de bens, equipamentos e serviços, de acordo com o Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Directivo.

3 — As receitas e despesas são classificadas de acordo com o POCMS.

ARTIGO 33.º

INVENTÁRIO E PATRIMÓNIO

1 — A valorização, a reintegração e avaliação do património da ARS Algarve, I. P. afecto ao ACES Barlavento devem ser efectuadas regularmente, assim como a constituição do património, de acordo com as orientações do Conselho Directivo;

2 — O ACES Barlavento assume, relativamente às instalações e equipamentos, o compromisso de zelar pelo património que lhe está afecto, mantendo actualizado o inventário do material.

ARTIGO 34.º

PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deve ser realizada de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor e nos termos dos procedimentos aprovados pelo Conselho Directivo da ARS, I. P..

ARTIGO 35.º

ORGANOGRAMA

O ACES Barlavento dispõe de um organograma, de acordo com a estrutura e recursos que integra, o qual deverá ser ajustado às alterações que venham a ter lugar.

ARTIGO 36.º

PLANO DE SEGURANÇA

1 — Todo o equipamento e instalações deverão estar conforme as normas de higiene e segurança em vigor, incluindo o armazenamento de produtos tóxicos;

2 — Deverá existir um sistema de protecção contra o roubo e o equipamento para a detecção e extinção de incêndios;

3 — Deverá existir um plano de emergência do ACES Barlavento elaborado em colaboração entre o Director do ACES Barlavento e o Serviço de Protecção Civil;

4 — Deverá também existir um plano de gestão de resíduos hospitalares, bem como normas que assegurem o controlo de infeções.

CAPÍTULO VI

DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

ARTIGO 37.º

RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

1. Além do Conselho da Comunidade, o ACES Barlavento relaciona-se com os agentes da comunidade, através da sua representação em diferentes organizações da sociedade o que lhe proporcionará um relacionamento dinâmico com a comunidade que serve;
2. O ACES Barlavento deverá promover Programas e Acções concretas que fomentem tal relacionamento, procurando desenvolver uma política de interacção e abertura à comunidade;
3. O ACES Barlavento deverá realizar acções conjuntas com outras instituições, quer se situem na área de saúde, quer noutras, nomeadamente: Segurança Social, Acção Social, Educação, Autarquias, ONGS, IPSS ou outras instituições públicas ou privadas.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 38.º

INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DO REGULAMENTO

É da competência do Conselho Executivo, mediante aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P. a regulamentação e a definição de normas complementares ou interpretativas para a aplicação do presente regulamento interno.

ARTIGO 39.º

REVISÃO DO REGULAMENTO

O presente regulamento Interno poderá ser revisto pelo Conselho Executivo do ACES Barlavento sempre que julgado conveniente, dependendo sempre de aprovação do Conselho Directivo da ARS Algarve, I.P.

ARTIGO 40.º

ENTRADA EM VIGOR

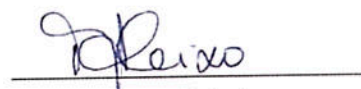
O presente Regulamento entra em vigor na data da sua aprovação.

O Conselho Executivo,

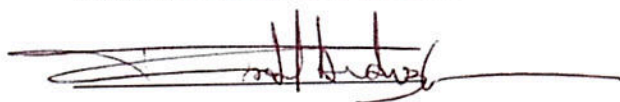
Directora Executiva


(Dra. Rosa Gonçalves)

Dr.ª Presidente do Conselho Clínico


(Dra. Angélica Aleixo)

Presidente do Conselho da Comunidade



(Dra. Isabel Guerreiro)

Portimão, 5 de Julho de 2011.

ANEXO I

Lista de Endereços das Unidades Funcionais do ACES Barlavento

Nome	Morada	Telefone	Fax	E-mail
Direcção do ACES UAG	Rua Almirante Pinheiro de Azevedo 8500-556 Portimão	282 420160	282 420168	uagbarlavento@acesbarlavento.min-saude.pt
USF Monchique	Rua Estrada de Sabóia 8550 Monchique	282 910100	282 913762	usfmonchique@acesbarlavento.min-saude.pt
UCSP de Aljezur	Rua dos Bombeiros Voluntários 8670-130 Aljezur	282 990200	282 990201	direccao-ajz@acesbarlavento.min-saude.pt
-se: EndereçosUC SP de Vila do Bispo	Sítio das Eiras 8650 Vila do Bispo	282 639179	282 639180	direccao-vbp@acesbarlavento.min-saude.pt
UCSP I,II,III de Portimão	Rua Almirante Pinheiro de Azevedo 8500-556 Portimão	282 420160	282 420164	direccao-ptm@acesbarlavento.min-saude.pt
UCSP I, II de Lagoa	Urbanização dos Vales 8400 Lagoa	282 340370	282 340379	direccao-lga@acesbarlavento.min-saude.pt
UCSP de Lagos	Sítio da Pedra Alçada – Ameijeira 8600 Lagos	282 780000	282 780005	direccao-lgs@acesbarlavento.min-saude.pt
UCSP I,II de Silves	Rua Cruz de Portugal 8300-167 Silves	282 440020	282 444628	direccao-slv@acesbarlavento.min-saude.pt
USP Barlavento	Rua Poeta António Aleixo 8500 Portimão	282 405300	282 405301	saudepublica-ptm@acesbarlavento.min-saude.pt
URAP Barlavento	Rua Almirante Pinheiro de Azevedo 8500-556 Portimão	282 420160	282 420169	urap-barlavento@acesbarlavento.min-saude.pt
UCC Dunas-Portimão e Monchique	Rua Almirante Pinheiro de Azevedo 8500-556 Portimão	282 420160	282 426216	uccdunas@acesbarlavento.min-saude.pt
UCC Infante – Aljezur, Vila do Bispo e Lagos	Sítio da Pedra Alçada – Ameijeira 8600 Lagos	282 780000	282 780005	uccinfante@acesbarlavento.min-saude.pt
UCC Rio Arade - Silves	Rua Cruz de Portugal 8300 Silves	282 440024	282 444071	uccrioarade@acesbarlavento.min-saude.pt